

vinculado à coroa portuguesa, significando que a acumulação do capital se deu em favor da burguesia européia e da coroa portuguesa. Na fase seguinte (1823-1888), como uma província do Estado brasileiro, o desempenho da economia algodoeira ocorreu em ritmo menor, além do que, por trabalhar com mão-de-obra escrava, não foi possível o estabelecimento de um mercado para produtos não-agrícolas, baseado na classe trabalhadora. Por outro lado, a elite econômica atuava com as mesmas relações de produção do sistema mercantilista português.

Quanto ao café, propiciou a acumulação do capital, a geração de divisas, a abertura de mercado para produtos não-agrícolas e o fornecimento de matéria-prima para que as indústrias ocorressem concomitantemente em território paulista. As elites econômicas paulistas foram capazes de promover políticas que lhes beneficiavam, ao mesmo tempo em que novos investimentos não se faziam apenas na agricultura, mas foram alocados na infra-estrutura, na indústria, nos serviços e até na área financeira. Esse quadro estabeleceu uma nova rede de produção em segmentos variados da economia, fator importante para a manutenção do desenvolvimento econômico.

Tal situação não ocorrera na economia algodoeira do Maranhão, na qual a maior parte dos investimentos foram realizados na metrópole, e mais que isso, em investimentos sem sinergia com os negócios do algodão, conforme demonstrado pela pesquisa. E na fase de província, a elite econômica maranhense não foi capaz de demonstrar comportamento análogo à sua congênera paulista, visto que a acumulação do capital e os novos investimentos necessitam de inovações para manter o desenvolvimento econômico.

A produção algodoeira maranhense não competia em preço, no mercado internacional, com a norte-americana, que produzia a partir de técnicas com melhor adaptação a esse segmento produtivo, mas pelo contrário, manteve-se com processos produtivos arcaicos e até mesmo não adaptados às condições ecológicas dos trópicos úmidos.

Os produtores de café do oeste paulista perceberam esta questão de modo que, em 1887, foi

criado o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Em 1892, foi criada a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e, posteriormente, os estabelecimentos de ensino direcionados à agricultura, e o Instituto Biológico.

As políticas econômicas utilizadas nas duas economias aqui pesquisadas revelam sua importância para o atendimento de metas a serem alcançadas. A produção algodoeira maranhense, na sua fase de *boom* econômico, fora regida pelo mercantilismo, tanto em sua face de "política econômica de uma era de acumulação primitiva", quanto no seu sentido de "política econômica dos Estados modernos monárquico-absolutistas".

No caso da produção cafeeira do oeste paulista, as classes produtoras souberam muito bem trabalhar pela implementação de políticas que os beneficiassem, desde a imigração, ainda no Império, as desvalorizações cambiais do início da República, os sucessivos planos de valorização do café (1906 a 1924), a defesa permanente do café a partir de 1925, e a criação das instituições que deram início ao setor público agrícola paulista.

O aspecto das políticas públicas, embora não seja o tema central desta pesquisa, e por isso mesmo não teve o detalhamento necessário, merece um maior aprofundamento, em pesquisa futura, dada a importância que elas assumem no planejamento do desenvolvimento econômico, principalmente no local ou regional.

LITERATURA CITADA

- ALBUQUERQUE, C. P. de. **O mercado de algodão em pluma: subsídios à fixação de preços mínimos**. 1980. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará.
- ALMEIDA, A. W. B. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão**. São Luís: IPES, 1983.
- AMARAL, L. **História geral da agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1958. v. 2.
- ARRUDA, J. J. de A. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.
- BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1966. v. 2.